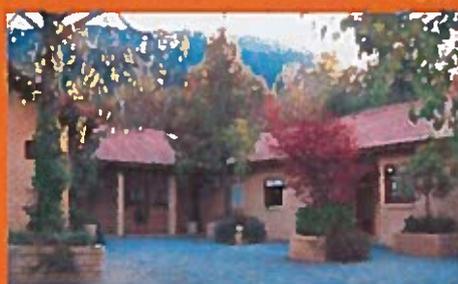




Relatório e  
Contas

2018

APPACDM DE BRAGA



*Ass. J. M. M. J.*  
Ass. J. M. M. J.

# Relatório e Contas 2017

## Conteúdo

Nota Introdutória .....	3
1. O desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro.....	5
2. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos .....	6
3. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2018.....	7
a. Resultado do Exercício/ Proposta de Aplicação .....	8
b. Alterações relevantes de Fundos Patrimoniais .....	8
c. Dívidas à AT e Segurança Social .....	8
d. Perspetivas futuras.....	8
4. Balanço .....	9
5. Demonstração dos Resultados por Natureza .....	10
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	11
7. Anexo .....	12
6. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação do Revisor Oficial de Contas .....	32

## NOTA INTRODUTÓRIA

Caros associados,

No cumprimento dos estatutos, vem a Direcção apresentar os Relatórios de Atividades e as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2018.

Este documento, aqui consolidado, visa esclarecer os associados e interessados em geral, quer sobre as atividades desenvolvidas, quer sobre o desempenho e posição económico-financeira da Instituição.

Foi já objeto de apreciação e aprovação por parte do Órgão de Direcção em 20/06/2017, e sobre ele foram já solicitados os pareceres quer do Conselho Fiscal, quer do Revisor Oficial de Contas, sob a forma de Certificação Legal de Contas.

Atendendo aos documentos e quadros apresentados, é possível verificar que foi feito um esforço para cumprir o orçamento estipulado, tendo sido explicados e justificados os desvios mais significativos.

Tratou-se de um ano de transições e ajustamentos que se refletiram em rubricas cujo peso mais significativo representaram encargos adicionais não contemplados no orçamento, nomeadamente o reflexo de duas atualizações salariais, uma das quais respeitante a 2017, cujo processamento só ocorreu em fevereiro de 2018.

Apesar de a exploração operacional, expurgada das depreciações, ser positiva, a verdade é que os compromissos de tesouraria quer para a gestão corrente, quer para amortização de passivos (fornecedores e credores de investimentos) adiaram, pelas circunstâncias que se conhecem, o plano de regularização dos subsídios em atraso.

No contexto atual, só garantindo novas fontes de financiamento, ou receita extraordinária, nomeadamente com a concretização da venda dos imóveis, já aprovada em Assembleia, será possível retomar o respectivo plano, garantindo do mesmo modo o cumprimento dos restantes compromissos.

Assim, a Direcção mantém a confiança no plano e estratégias traçados e apela mais uma vez à compreensão de todos os colaboradores, utentes, familiares e associados, no sentido de manter o foco da Instituição no essencial, garantindo a estabilidade e regular funcionamento das respostas sociais em conjunto com o cumprimento dos compromissos assumidos.

Continuam a ser desenvolvidos esforços e contactos permanentes com o CDSS-Braga com vista à criação de condições que permitam o alargamento de acordos, nomeadamente o alargamento do número de camas no Lar residencial de São Lázaro, cujo processo já se encontra em fase adiantada.

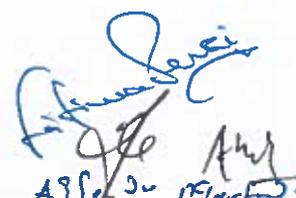
Adicionalmente continua a decorrer o prazo de apreciação da candidatura ao Norte2020, relativa à requalificação do complexo de Gualtar, para o qual, como é de conhecimento público, está já garantido o financiamento de 85.000,00€ por via do Orçamento Participativo da C.M. de Braga.

No âmbito da edição do Orçamento Participativo deste ano, está a ser preparada nova candidatura, que será oportunamente divulgada e para a qual, nos termos do ano anterior, pedimos o esforço e empenho de toda a Comunidade APPACDM, no sentido de mais uma vez tornar o nosso projecto, num projecto vencedor e garantir por essa via, uma fonte de financiamento que permitirá gradualmente, contribuir de forma muito significativa para a requalificação das instalações.



Handwritten signature and date: 29.06.2019

Do esforço conjunto, do empenho e de um compromisso de melhoria contínua, estamos certos que o futuro da Associação será assegurado num quadro de paz social, de estabilidade económica e financeira e sobretudo no cumprimento da sua missão, direcionando a sua atuação para o bem-estar dos utentes, e simultaneamente, valorizando o sentimento de realização pessoal e a confiança dos seus colaboradores.



Handwritten signature in blue ink, followed by a blue ink stamp that reads "APPACDM de Braga".

## 1. O desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro

As contas aqui apresentadas, resultam daquilo que foi um ano de transição e de ajustamentos resultantes de novas estratégias, sempre contempladas ao abrigo do orçamento aprovado.

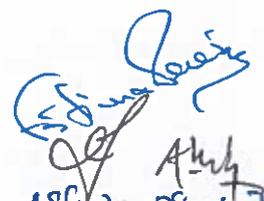
Apesar do resultado líquido negativo, justificado pelos desvios nas rubricas de gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, a Direcção sempre fez um esforço de contenção e sensibilização dos colaboradores no sentido de alertar para a extrema necessidade de promover a poupança e hábitos

Tal como divulgado oportunamente, a Associação iniciou em março passado a liquidação da dívida ao IEFP e, apesar das dificuldades, tem cumprido com os planos de pagamento e compromissos assumidos com fornecedores. Foi iniciado, e, em função dos condicionalismos descritos, entretanto suspenso, um plano de pagamento faseado dos subsídios em atraso, mantendo a Direcção a intenção de o retomar, não tendo, no entanto, perspectiva temporal, para a criação de condições que o permitam.

Estão, em paralelo com o esforço de contenção, a ser procuradas medidas de carácter extraordinário, que possibilitem rendimentos adicionais, melhorem a liquidez, e permitam a amortização de passivos, nomeadamente através da venda de activos, já aprovada em Assembleia anterior.

A Direcção atual continua atenta e consciente das dificuldades que enfrenta, mas mantém total confiança nos seus colaboradores, quer na procura de soluções de estabilidade que lhes permitam acreditar no futuro da instituição, quer na compreensão que sempre demonstraram para com a questão dos subsídios de que são credores.

Haverá sempre um esforço contínuo na procura e diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente através da candidatura a programas de apoio, regulares ou esporádicos, que permitam assegurar o regular funcionamento das respostas sociais, e ao mesmo tempo financiar a requalificação de equipamentos.

Handwritten signature in blue ink, with the date '2019-06-17' written below it.

## 2. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos

O quadro seguinte apresenta uma perspetiva histórica e financeira da Instituição e permite avaliar a evolução da estrutura de gastos e rendimentos dos últimos 6 exercícios.

### Análise Comparativa da estrutura de gastos e rendimentos desde 2013

<b>GASTOS E PERDAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
C.M.V.M.C.	196 284,80	213 111,06	249 841,03	260 137,05	239 900,18	217 801,66
Fornecimentos e Serviços Externos	342 004,98	338 710,88	394 842,26	363 658,65	372 227,47	347 524,03
Gastos com Pessoal	2 086 569,09	2 006 839,90	2 030 621,56	1 940 392,02	1 884 445,24	1 879 139,98
Depreciações do Exercício	106 000,17	110 929,80	102 376,21	140 532,32	159 520,33	181 693,69
Perdas por imparidade			1 520,48	68 787,88	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	44 466,67	68 023,73	20 584,90	16 011,63	64 037,12	9 180,97
Juros e Gastos Suportados	3 738,65	4 711,87	7 561,62	14,94	2 131,95	1 678,55
<b>TOTAL DE GASTOS E PERDAS</b>	<b>2 779 064,36</b>	<b>2 742 327,24</b>	<b>2 807 348,06</b>	<b>2 789 534,49</b>	<b>2 722 262,29</b>	<b>2 637 018,88</b>
	<b>1,34%</b>	<b>-2,32%</b>	<b>0,64%</b>	<b>2,47%</b>	<b>3,23%</b>	<b>-8,76%</b>
<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Vendas	17 780,54	22 135,02	136 781,50	118 393,94	134 871,85	101 488,32
Prestações de serviços	526 555,74	512 891,66	466 875,28	456 494,25	445 079,38	439 391,16
Subsídios, doações e legados à exploração	1 889 450,13	1 902 691,37	1 902 979,69	1 887 467,00	1 868 109,85	1 823 334,37
Trabalhos para a Própria Instituição	91 821,68	91 971,36	92 853,16	16 323,37	15 104,80	16 267,96
Reversões			670,40			
Out. Rendimentos. e Ganhos	187 717,81	218 197,69	255 343,74	236 090,84	148 140,24	138 174,01
Juros e Rendimentos Obtidos	38,93	50,28	240,93	520,68	834,32	608,72
<b>TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>2 713 364,83</b>	<b>2 747 937,38</b>	<b>2 855 744,70</b>	<b>2 715 290,08</b>	<b>2 612 140,44</b>	<b>2 519 264,54</b>
	<b>-1,26%</b>	<b>-3,78%</b>	<b>5,17%</b>	<b>3,95%</b>	<b>3,69%</b>	<b>-7,00%</b>
<b>Variação da Produção</b>	<b>1 170,17</b>	<b>428,64</b>	<b>1 800,99</b>	<b>8 135,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-64 529,36</b>	<b>6 038,78</b>	<b>50 197,63</b>	<b>-66 109,28</b>		
<b>Imposto s/ rendimento do período</b>				<b>-5 160,00</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-64 529,36</b>	<b>6 038,78</b>	<b>50 197,63</b>	<b>-71 269,28</b>	<b>-110 121,85</b>	<b>-117 754,34</b>
<b>Cash-Flow</b>	<b>41 470,81</b>	<b>116 968,58</b>	<b>152 573,84</b>	<b>69 263,04</b>	<b>49 398,48</b>	<b>63 939,35</b>

Da análise do quadro acima, verifica-se que ocorreu uma diminuição dos consumos da cozinha, justificados pela redução do protocolo da Cantina Social.

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos não ocorreram variações significativas apesar do ligeiro aumento face a 2017.

É possível verificar que os maiores ocorreram ao nível da rubrica de gastos com o pessoal, parcialmente justificada pelas 2 actualizações salariais que ocorreram durante o ano de 2018, uma das quais respeitante a 2017, incluindo retroactivos, às quais, adicionalmente, acrescem gastos com rescisão contratual de duas colaboradoras.

A rubrica outros gastos e perdas respeita maioritariamente a quebras em bens alimentares doados, apresenta um valor menos que no ano anterior, situação que tem correspondência no valor dos donativos em espécie que também diminuiu comparativamente a 2017.

As contas de vendas e prestações de serviços aumentaram relativamente a 2017, fruto da prestação de serviços dos CAO's bem como das atualizações das tabelas de comparticipação familiar.

Os subsídios do Estado não apresentam variação significativa, uma vez que resultam da continuidade dos acordos de cooperação nos termos dos exercícios anteriores.

### 3. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2018

**Quadro 2 - Análise da Execução Orçamental do exercício de 2018**

Rendimentos e Gastos	31/12/2018	Orçamento 2018
Vendas	17 780,54	25 830,23
Serviços prestados	526 555,74	454 551,00
Subsídios, doações e legados à exploração	<b>1 889 450,13</b>	<b>1 868 338,67</b>
ISS, IP - Centros Distritais	1 889 221,40	1 868 338,67
Outros	228,73	0,00
Variação nos inventários da produção	1 170,17	0,00
Trabalhos para a própria entidade	91 821,68	90 287,21
C.M.V.M.C	-196 284,80	-161 643,39
Fornecimentos e serviços externos	-342 004,98	-302 722,34
Gastos com pessoal	-2 086 569,09	-2 027 974,43
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	187 717,81	161 731,39
Outros gastos e perdas	-44 466,67	-15 520,05
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos</b>	<b>45 170,53</b>	<b>92 878,29</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-106 000,17	-104 000,00
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)</b>	<b>-60 829,64</b>	<b>-11 121,71</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	38,93	0,00
Juros e gastos similares suportados	-3 738,65	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-64 529,36</b>	<b>-11 121,71</b>
Cash- flow	<b>41 470,81</b>	<b>92 878,29</b>

Da análise comparativa entre os valores constantes das demonstrações financeiras de 2018 e dos valores resultantes do orçamento aprovado para o mesmo exercício, podemos verificar que ocorrem alguns desvios nomeadamente nos gastos com o pessoal, justificados no ponto anterior.

Relativamente aos FSE apesar dos esforços e medidas de sensibilização, não foi possível assegurar o cumprimento dos valores estimados, apesar de tudo, o desvio é mais significativo, porque o valor orçamentado parece ter sido sub-valorizado e muito difícil de atingir, em função da antiguidade das instalações e do parque automóvel, que exigem despesas de manutenção acrescida.

O acréscimo da rubrica outros gastos e perdas é parcialmente justificado e absorvido pelo acréscimo de outros rendimentos e ganhos, por lá se encontrarem reconhecidos os donativos em espécie dos quais resultaram as quebras registadas.

**a. O Resultado do Exercício/ Proposta de Aplicação**

O Resultado Líquido do período totalizou o montante de -64.529,36 €, que a Direção propõe, sejam incorporados em Resultados Transitados.

**b. Alterações relevantes de Fundos Patrimoniais**

Em virtude da notificação recebida da Segurança Social solicitando à APPACDM a devolução de verbas indevidamente recebidas, foram negociadas as dívidas com este organismo e com o IEFP tendo-se registado em resultados transitados valores referentes a passivos ainda não registados nas demonstrações financeiras que ascendem a 74.750,64 euros.

**c. Dívidas à AT e Segurança Social**

Não existem dívidas à Autoridade Tributária nem à Segurança Social.

**d. Perspetivas futuras**

A Direção em funções pretende manter e prolongar o actual espírito de concórdia e empenho de todos os colaboradores. Para isso, terá sempre presente como medida prioritária manter o equilíbrio de exploração. Para que tal desiderato seja possível, há necessidade de implementar medidas de redução da despesa corrente e aumentar a receita. Ora este aumento de receita tem um caminho traçado, que já vem de trás: alargamento do acordo do Lar de São Lázaro, concretizar a requalificação do CAO de Gualtar, o que traz consigo o aumento da capacidade do equipamento e do número de acordos; a par desta medidas, a Direção mantém-se atenta a todas as possibilidades de financiamento que permitam realizar obras de requalificação, nomeadamente no complexo de Esposende.

Adicionalmente a Direção espera concretizar as vendas aprovadas em Assembleia e com esses valores amortizar dívida a fornecedores e retomar o plano de pagamento de subsídios em atraso.

Aproveitamos para reforçar o nosso agradecimento a todos os que conosco se esforçam e nos apoiam no desenvolvimento da missão social da APPACDM de Braga».

Braga, 20 de junho de 2019.

A Direção,

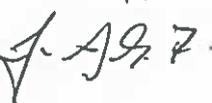
Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Vogal



Tesoureiro

## 4. BALANÇO

Valores em euros

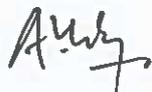
Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2017 Reexpresso
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo não corrente</b>		<b>3.014.792,97</b>	<b>3.067.230,25</b>	<b>3.067.230,25</b>
Activos fixos tangíveis	3 e 5	3.012.481,41	3.066.007,62	3.066.007,62
Investimentos financeiros		2.311,56	1.222,63	1.222,63
<b>Activo corrente</b>		<b>230.332,41</b>	<b>249.934,80</b>	<b>249.934,80</b>
Inventários	3 e 6	17.491,12	15.874,52	15.874,52
Clientes	3 e 11	86.339,06	87.481,36	87.481,36
Estado e outros entes públicos	3 e 12	483,92	205,03	205,03
Outros créditos a receber	3 e 11	96.070,34	5.935,21	5.935,21
Diferimentos	3 e 12	5.225,19	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	3 e 4	24.722,78	140.438,68	140.438,68
<b>Total do Activo</b>		<b>3.245.125,38</b>	<b>3.317.165,05</b>	<b>3.317.165,05</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos patrimoniais</b>				
Fundo Social	3 e 11	1.965.548,83	1.965.548,83	1.965.548,83
Resultados transitados	3 e 11	-226.225,79	-157.513,93	-232.264,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 3 e 11	193.847,72	112.879,11	112.879,11
Resultado líquido do período	3	-64.529,36	6.038,78	6.038,78
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1.868.641,40</b>	<b>1.926.952,79</b>	<b>1.852.202,15</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>		<b>1.376.483,98</b>	<b>1.390.212,26</b>	<b>1.464.962,90</b>
Fornecedores	3 e 11	217.332,27	282.001,13	282.001,13
Estado e outros entes públicos	3 e 12	90.076,73	83.620,72	83.620,72
Financiamentos obtidos	3 e 11	3.220,42	138,04	138,04
Diferimentos	3 e 12	0,00	601.613,56	601.613,56
Outras dívidas a pagar	3 e 11	1.065.854,56	422.838,81	497.589,45
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.376.483,98</b>	<b>1.390.212,26</b>	<b>1.464.962,90</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3.245.125,38</b>	<b>3.317.165,05</b>	<b>3.317.165,05</b>

Braga, 20 de junho de 2019.

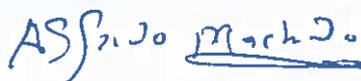
A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Tesoureiro

Vogal



## 5. Demonstração dos Resultados por Natureza

Valores em euros

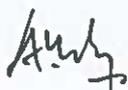
Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017	2017 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	3 e 7	544.336,28	535.026,68	535.026,68
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>		<b>1.889.450,13</b>	<b>1.902.691,37</b>	<b>1.902.691,37</b>
ISS, IP - Centros Distritais	3 e 8	1.889.221,40	1.891.008,63	1.891.008,63
Outros	3 e 8	228,73	11.682,74	11.682,74
Variação nos inventários da produção	6	1.170,17	428,64	428,64
Trabalhos para a própria entidade	3 e 7	91.821,68	91.971,36	91.971,36
Custo das merc vendidas e das matérias consumidas	3 e 6	-196.284,80	-213.111,06	-213.111,06
Fornecimentos e serviços externos	3 e 12	-342.004,98	-338.710,88	-338.710,88
Gastos com pessoal	3 e 12	-2.086.569,09	-2.006.839,90	-2.006.839,90
Outros rendimentos e ganhos	3 e 12	187.717,81	218.197,69	218.197,69
Outros gastos e perdas	3 e 12	-44.466,67	-68.023,73	-68.023,73
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos</b>		<b>45.170,53</b>	<b>121.630,17</b>	<b>121.630,17</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-106.000,17	-110.929,80	-110.929,80
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)</b>		<b>-60.829,64</b>	<b>10.700,37</b>	<b>10.700,37</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	3	38,93	50,28	50,28
Juros e gastos similares suportados	3	-3.738,65	-4.711,87	-4.711,87
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-64.529,36</b>	<b>6.038,78</b>	<b>6.038,78</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-64.529,36</b>	<b>6.038,78</b>	<b>6.038,78</b>

Braga, 20 de junho de 2019.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

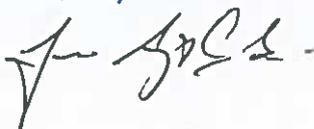
Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Tesoureiro

Vogal



## 6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

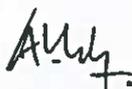
Rubricas	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	3, 7 e 11	557 662,09	669 553,12
Pagamentos a fornecedores	3, 6 e 11	-639 313,65	-662 181,20
Pagamentos ao pessoal	3, 12 e 12	-2 120 688,65	-2 022 897,16
Caixa gerada pelas operações		<b>-2 202 340,21</b>	<b>-2 015 525,24</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento + Iva		19 229,92	10 310,69
Outros recebimentos/pagamentos	3, 8, 11 e 12	2 006 230,33	2 065 900,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<b>-176 879,96</b>	<b>60 685,79</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	3 e 5	-24 078,20	-44 627,73
Investimentos financeiros		-1 088,93	-620,44
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outros activos		88 821,68	24 400,00
Juros e rendimentos similares	3 e 7	1 385,92	50,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<b>65 040,47</b>	<b>-20 797,89</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	3 e 11	-138,04	31,93
Juros e gastos similares	3	-3 738,65	-4 711,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<b>-3 876,69</b>	<b>-4 679,94</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-115 716,18</b>	<b>35 207,96</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	3 e 4	<b>140 438,96</b>	<b>105 231,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	3 e 4	<b>24 722,78</b>	<b>140 438,96</b>

Braga, 20 de junho de 2019.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

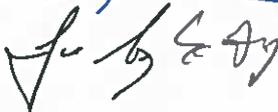
Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Tesoureiro

Vogal



## 7. Anexo

### 1. Identificação da entidade:

---

Designação: APPACDM de Braga

Sede Social: Rua de São Lázaro n.º 38 – 4700-327 Braga

Fundo Social: 1.965.548,83 Euros

N.º Contribuinte: 504 646 702

Objeto Social: ACT. APOIO SOCIAL PARA PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA, COM E SEM ALOJAMENTO.

C.A.E: 88102 87302

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL) requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas (inclui as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras)

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

---

#### 2.1 – Sistema de Normalização Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações, a partir de registos contabilísticos da instituição e de acordo com o Sistema da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009
- Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março
- Aviso 6726-B/2011, de 10 de Março de 2011 (Normas contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do Sector não Lucrativo);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelo das Demonstrações Financeiras);
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho

## 2.2 – Indicação das justificações das derrogações NCRF-ESNL:

A instituição possui propriedades doadas registadas a valor de entradas zero, com acrescento de benfeitorias. Foi assim derogada a nota 7.5 da NCRF-ESNL, que prescreve o reconhecimento ao justo valor. Encontram-se em curso as avaliações para o seu reconhecimento.

## 3. Principais políticas contabilísticas:

### 3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

*As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no princípio da continuidade.*

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, com exceção de alguns prédios doados à Instituição conforme nota 2.2., de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de factura, despesas de transporte e montagem.

As amortizações são calculadas, a partir do método de linha reta, aplicada anualmente, a partir da entrada em funcionamento dos bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, tomando como referência as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009.

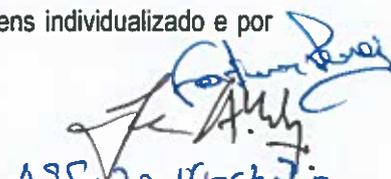
As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2 %; 4%; 5%
Equipamento Básico	14,28%; 16,66%; 25%; 33%
Equipamento de Transporte	25 %
Equipamento administrativo	10%;12,5%;33,33%; 20,00%; 25%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%; 14,28%; 33,33%;

Os encargos com reparação e manutenção são registados como gastos do exercício, à medida que vão sendo incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são registadas em ativos fixos tangíveis e amortizadas às taxas correspondentes à vida residual dos respectivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

A APPACDM encontra-se atualmente a desenvolver esforços no sentido da total inventariação e registo dos bens do seu ativo fixo. Pese embora, a associação ainda não disponha de controlo dos bens individualizado e por



Handwritten signature and date: 2019.06.11

complexo que permita efetuar um confronto com os registos contabilísticos, já foram iniciados os esforços no sentido de tornar esta situação possível. Encontra-se também em curso o registo na Conservatória do Registo Predial e na A.T. da totalidade dos bens da IPSS.

#### b) Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se valorizados pelo custo histórico, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros incorridos para colocá-los no seu local e condições atuais.

#### c) Instrumentos Financeiros

##### *i. Dívidas de terceiros*

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

##### *ii. Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros custos incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

##### *iii. Dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

##### *iv. Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de

alterações de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são reconhecidos no exercício a que se referem à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

e) Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos/ abatimentos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas facturas.

O rédito proveniente das vendas de bens só é reconhecido quando se encontrem satisfeitas todas as seguintes condições:

- A instituição tenha transferido para o comprador todos os riscos e vantagens significativos inerentes à propriedade dos bens;
- A instituição não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse e controlo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, tendo por base a fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado quando estão cumpridas as seguintes condições:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

**f) Subsídios**

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

- o A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- o Os subsídios serão recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afecta o método contabilístico a ser adoptado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo.

Um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Consideram -se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Um subsídio pode tornar -se recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

**Apresentação de subsídios relacionados com ativos:**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efectuadas em cada período.

**Apresentação de subsídios relacionados com rendimentos:**

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado exercício imputam -se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar défices de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

**Reembolso de subsídios:**

Um subsídio que se torne reembolsável deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser aplicado

em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso deve ser reconhecido imediatamente como um gasto.

g) Imposto corrente

Os passivos (ativos) por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

A contabilização dos efeitos de impostos correntes de uma transação ou de outro acontecimento é consistente com a contabilização da transação ou do próprio acontecimento. Assim, relativamente, a transações e outros acontecimentos reconhecidos nos resultados, qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido nos resultados.

No que diz respeito a transações e outros acontecimentos reconhecidos diretamente no Fundo patrimonial, qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido diretamente no Fundo patrimonial, caso em que o imposto corrente deve ser debitado ou creditado diretamente nessa rubrica.

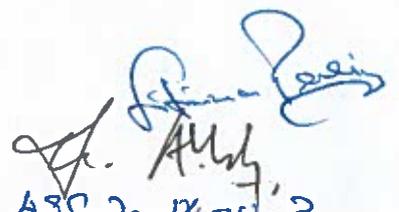
As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer qualquer efeito significativo nas presentes declarações financeiras.

h) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais exigíveis por lei e/ou decididas pontualmente pela Direção. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios dos empregados de curto prazo e tratados de acordo com o referido no parágrafo anterior.



Os benefícios dos empregados decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo ou por decisão judicial, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

### **3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **a) Fluxos de Caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A instituição classifica na rubrica "caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimentos a menos de três meses e para os quais o risco de alteração é de valor insignificante.

A Demonstração de Fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes/utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### **3.3. – Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

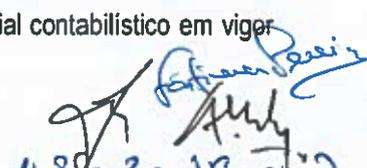
Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Direção utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras verificaram-se ao nível do apuramento e mensuração dos inventários, período de vida útil dos ativos e utilização do princípio do acréscimo na especialização de gastos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

### **3.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com o referencial contabilístico em vigor



Handwritten signature and date: 4.9.2019

em Portugal, aplicável ao Setor Não Lucrativo. Muito embora os Fundos Patrimoniais da associação sejam muito positivos a associação tem apresentado dificuldade em solver os compromissos que transitam de anos anteriores, por dificuldade de tesouraria, designadamente as dívidas a colaboradores e a dívida negociada com o IEFP. Em virtude desta situação a Direção, encontra-se a efetuar esforços no sentido de alargar o número de acordos com a Segurança Social, permitindo assim fazer face às responsabilidades correntes e amortizar a dívida, designadamente as referentes a dívidas em atraso com o IEFP e os colaboradores. Adicionalmente, e de acordo com o decidido em Assembleia Geral, a associação encontra-se a avaliar ativos que não estavam a ser utilizados para posterior venda.

Após a data do balanço, não ocorreram eventos e/ou acontecimentos que afectem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço pelo que, não há lugar a qualquer divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.5. – Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

### **3.6. – Comparabilidade**

No decorrer do período de 2018 a APPACDM foi notificada da necessidade de reposição de verbas indevidamente recebidas referentes à resposta social do Lar Residencial do Fraião e a juros pelo atraso na devolução de verbas ao IEFP. Em virtude desta notificação, e do plano de pagamento acordado, foram reconhecidos passivos que até então não estavam refletidos nas demonstrações no valor de 71.750,64 euros. Este valor foi registado em 2018 por contrapartida de resultados transitados.

A APPACDM reexpressou as demonstrações financeiras do período de 2017, sendo impraticável reexpressar os demais períodos de reporte.

## 4. Fluxos de Caixa

### 4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios Financeiros Líquidos referidos no Balanço	2018			2017		
	Disponíveis para uso	Indisp para uso	Total	Disponíveis para uso	Indisp para uso	Total
<b>Caixa</b>						
Numerário	483,79		483,79	1 194,95		1 194,95
<b>Subtotal</b>	<b>483,79</b>	-	<b>483,79</b>	<b>1 194,95</b>	-	<b>1 194,95</b>
<b>Depósitos bancários</b>						
Depósitos à ordem	20 238,99		20 238,99	26 443,73		26 443,73
Outros depósitos	4 000,00		4 000,00	112 800,00		112 800,00
<b>Subtotal</b>	<b>24 238,99</b>	-	<b>24 238,99</b>	<b>139 243,73</b>	-	<b>139 243,73</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24 722,78</b>	-	<b>24 722,78</b>	<b>140 438,68</b>	-	<b>140 438,68</b>

A rubrica "outros depósitos" inclui saldos de uma conta à ordem designada de "conta dupla". Nos momentos em que os movimentos de tesouraria abrandam, os saldos são transitoriamente cativos pela entidade bancária apresentando-se como saldo contabilístico sobre o qual o banco remunera, mensalmente, juros à Instituição. Inclui também verbas colocadas a prazo transitoriamente, até que se concretizem algumas ações para as quais foram angariados donativos com fins específicos.

## 5. Ativos fixos tangíveis:

### 5.1. - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

#### a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### b) Método de depreciação usado

A instituição deprecia os seus bens do ativo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

#### c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as suas vidas úteis que se traduzem nas taxas de depreciação médias que se seguem:

	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2 %; 4%; 5%
Equipamento Básico	14,28%; 16,66%; 25%; 33%
Equipamento de Transporte	25 %
Equipamento administrativo	10%;12,5%;33,33%; 20,00%; 25%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%; 14,28%; 33,33%;

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período:

Os movimentos na rubrica de *ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS* durante o ano de 2018 foram os seguintes:

<b>Activo Bruto:</b>	<b>Saldo inicial em 01/01/17</b>	<b>Aquisições /Aumentos</b>	<b>Alienações / Abates</b>	<b>Transferên- cias</b>	<b>Saldo final em 31/12/17</b>
Terrenos e Recursos Naturais	198.148,32				198.148,32
Edifícios e Outras Construções	5.390.497,02			-	5.390.497,02
Equipamento Básico	1.427.487,42	4.864,80		-	1.432.352,22
Equipamento de Transporte	478.676,10	-	- 70.947,33		407.728,77
Equipamento administrativo	899.025,62	209,90			899.235,52
Outros activos fixos tangíveis	175.758,00	-			175.758,00
Activos fixos tangíveis em curso	-	19.003,50			19.003,50
<b>Total</b>	<b>8.569.592,48</b>	<b>24.078,20</b>	<b>- 70.947,33</b>	<b>-</b>	<b>8.522.723,35</b>

<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>	<b>Saldo inicial em 01/01/2018</b>	<b>Depreciações do exercido</b>	<b>Imparidades do exercido</b>	<b>Alienações / Abates</b>	<b>Saldo final em 31/12/2018</b>
Terrenos e Recursos Naturais	79.116,84				79.116,84
Edifícios e Outras Construções	2.529.515,84	85.446,48		- 28.395,76	2.586.566,56
Equipamento Básico	1.404.701,12	6.517,07			1.411.218,19
Equipamento de Transporte	437.349,98	12.275,36		- 70.947,33	378.678,01
Equipamento administrativo	896.972,89	611,98			897.584,87
Outros activos fixos tangíveis	155.928,19	1.149,28			157.077,47
Activos fixos tangíveis em curso	-				-
<b>Total</b>	<b>5.503.584,86</b>	<b>106.000,17</b>	<b>-</b>	<b>- 99.343,09</b>	<b>5.510.241,94</b>

Não se verificaram investimentos significativos, correspondendo o montante de 19.003,50 ao valor dos projectos de arquitetura e especialidades para o Projecto de requalificação de Gualtar, no âmbito da candidatura da obra ao programa NORTE2020.

Decorre neste momento um trabalho de inventariação e cadastro de Activos Fixos Tangíveis, cujo objetivo passa por desconhecer contabilisticamente equipamentos alienados ou abatidos que apesar de totalmente depreciados ainda fazem parte do balanço, bem como concluir o trabalho de registo na Conservatória da totalidade dos bens da associação. Este trabalho, tem já algum reflexo nas Demonstrações Financeiras aqui apresentadas, mas espera-se que no decorrer do próximo exercício e seguintes possa ser completo da forma mais exacta possível.

## 6. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados primeiro sejam vendidos/ consumidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens comprados mais recentemente.

### 6.1. – Quantia total escriturada de inventários

<b>Inventários</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Matérias-primas	5 956,19	5 509,76
Produtos	11 534,93	10 364,76
<b>Total</b>	<b>17 491,12</b>	<b>15 874,52</b>

*Handwritten signatures and notes:*  
 478.70 11.12.18

6.2. – *Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período*

## Inventários, CMVMC e Variação da Produção

Evolução dos Inventários e CMVMC	31/12/2018		31/12/2017	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos
1- Inventário inicial	5 509,76	10 364,76	7 496,77	9 936,12
2- Quebras /Perdas por Imparidade	35 908,58		48 165,38	
3- Compras	232 639,81		259 289,43	
4- Subcontratos				
5- Reclassef e reg inventários				
6- Inventário final	5 956,19	11 534,93	5 509,76	10 364,76
<b>Gasto do Período (1-2+3-5)</b>	<b>196 284,80</b>	<b>1 170,17</b>	<b>213 111,06</b>	<b>428,64</b>
	<b>CMVMC</b>	<b>Variação da Produção</b>	<b>CMVMC</b>	<b>Variação da Produção</b>

Em 2018 foram contabilizadas quebras em Inventários no montante de 35.098,58€ Euros que se referem a produtos alimentares doados (frutas e vegetais muito perecíveis) e que devido ao seu avançado estado de maturação não foram consumidos por se terem tornado impróprios para consumo.

## 7. Réditos

7.1. – *Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito*

A instituição reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas – são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a instituição.
- Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação dos serviços à data do balanço.
- Juros – São reconhecidos utilizando o método do juro efetivo

7.2. - *Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período:*

Rubricas	2018	2017
<b>Vendas</b>	<b>17.780,54</b>	<b>22.135,02</b>
Artes Gráficas	194,15	3.390,72
Atividades agrícola	5.964,39	6.087,55
Atividades CAO/ outras	11.622,00	12.656,75
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>526.555,74</b>	<b>512.891,66</b>
Matrículas e Mensalidades	455.770,70	457.370,25
Quotizações de Associados	12.440,00	11.771,00
Outros	58.345,04	43.750,41
<b>Subtotal</b>	<b>544.336,28</b>	<b>535.026,68</b>

A instituição reconhece uma série de prestações de serviços para consumo interno que são contabilizadas como "Trabalhos para a própria entidade".

Esta rubrica inclui:

- Trabalhos realizados nos diversos CAO que resultam ora em vendas diretas de artigos, ora em faturação de serviços prestados, p.ex. montagem de tomeiras ou colocação de etiquetas.
- Consumos de bens alimentares produzidos na Quinta de Lomar;
- Produção de refeições para consumo dos trabalhadores (a título de subsídio de refeição) – contabilização iniciada apenas em 2016 - ver nota 12.3.

No quadro seguinte, é possível ver o detalhe da conta "Trabalhos para a própria entidade":

<b>Trabalhos para a Própria Entidade</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Autoconsumos - Artes Gráficas	-	-
Autoconsumos - Quinta de Lomar	11.983,86	15.498,80
Autoconsumos cozinhas - alimentação em géneros	79.837,82	76.472,56
<b>Subtotal</b>	<b>91.821,68</b>	<b>91.971,36</b>

## 8. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

### 8.1. - Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o valor aprovado quando existe uma garantia razoável de que se irão ser recebidos e que a instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

### 8.2. - Subsídios relacionados com rendimentos

A instituição recebe subsídios relacionados com rendimentos que foram reconhecidos na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados e que se relacionam com os acordos/ protocolos de cooperação entre a instituição e as entidades tutelares e/ou parceiras financiadoras como é o caso do ISS, IP.

O quadro seguinte, permite a análise dos montantes de subsídios reconhecidos como rendimentos do exercício na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração":

<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ministério da Solidariedade e S.S.		
ISS, IP - Centro Distrital de Braga	<b>1 889 221,40</b>	<b>1 891 008,63</b>
Acordos de cooperação	1 889 221,40	1 891 008,63
Fundo de socorro Social	-	-
Ministério da Educação	-	<b>8 206,15</b>
Ensino Especial	-	8 206,15
CRI - Centro de Recursos p/ Inclusão	-	-
Outras entidades	<b>228,73</b>	<b>3 476,59</b>
INGA	227,73	3 476,59
POPH (qualidade e formação)	-	-
INR	-	-
Outros	1,00	-
<b>Total</b>	<b>1 889 450,13</b>	<b>1 902 691,37</b>

Os valores reconhecidos nos subsídios, resultam quase na sua totalidade das transferências no âmbito dos acordos de cooperação com o ISS – Centro Distrital de Braga para Lar e CAO, e a 31 de dezembro de 2018, apresentava a seguinte distribuição (verbas mensais).

<b>ACORDO</b>	<b>Nr. UTENTES</b>	<b>VALOR DEZ-2018</b>	<b>Nr. UTENTES</b>	<b>VALOR DEZ-2017</b>
CAO - Gualtar	45	23 432,40	45	22 927,95
CAO - Lomar	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - Vila Verde	38	19 787,36	38	19 361,38
CAO - Esposende	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - V.N. Famalicão	60	31 243,20	60	30 570,60
Lar - Lomar	20	20 540,60	20	20 098,40
Lar - Fraião	15	15 405,45	16	16 078,72
Lar - São Lázaro	14	14 378,42	14	14 068,88
<b>TOTAL</b>	<b>252</b>	<b>156 030,63</b>	<b>253</b>	<b>153 676,53</b>

### 8.3. - Subsídios relacionados com investimentos em ativos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente dos Fundo patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efectuadas em cada período.

Com a adoção do SNC-ESNL, foi necessário reclassificar a verba que constava do passivo referente ao subsídio do "PIDDAC - Edifício dos Granjinhos" transferindo-a do passivo para os fundos patrimoniais da instituição. Esta verba vai sendo anulada em proporção das depreciações do exercício, tendo como contrapartida uma conta de rendimentos que visa anular o efeito de tais depreciações durante a vida útil do edifício.

Foi também reconhecido em subsídios o montante de 85.000,00€, respeitante ao Orçamento Participativo da CM-Braga, para as obras da cobertura do CAO de Gualtar, tal como a verba anterior ela será considerada proveito na medida da depreciação do equipamento que visa financiar.

De seguida é possível ver os movimentos associados a esta rubrica:

Rubricas/Projectos	Saldo Inicial (Credor)	Movimento a Débito	Movimento a Crédito	Saldo Final (Credor)
PIDDAC - Edifício dos Granjinhos	112 879,11	4 031,39	-	108 847,72
Orçamento Participativo - CM Braga			85 000,00	85 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>112 879,11</b>	<b>4 031,39</b>	<b>85 000,00</b>	<b>193 847,72</b>

## 9. Acontecimentos após a data do Balanço

Entre a data do Balanço e a data para autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## 10. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da instituição poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e eventual correção pela administração fiscal.

A Direção da instituição considera que eventuais correções, nos termos do parágrafo anterior, não terão valores significativos.

Não há situações suscetíveis de dar origem a impostos diferidos.

## 11. Instrumentos Financeiros

### 11.1 – Clientes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica “Clientes” apresentava os seguintes saldos:

Clientes	2018	2017
Não corrente	-	-
Corrente	<b>86.339,06</b>	<b>87.481,36</b>
Clientes c/c	63.560,86	70.536,89
Utentes c/c	22.778,20	16.944,47

Os valores evidenciados neste quadro encontram-se pelo seu montante líquido de perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas nas contas de clientes e utentes.

Relativamente ao saldo de clientes, procedeu-se ao desreconhecimento dos saldos atípicos e parados, maioritariamente relacionados com a gráfica, pelo que os saldos acima, são os que se encontram em balanço e são exigíveis, tendo ocorrido a mesma situação com o saldo de utentes.

### 11.2. - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica de “Fornecedores” apresentava os seguintes saldos e maturidades:

Fornecedores	2018	2017
Não corrente	-	-
Corrente	<b>217 332,27</b>	<b>282 001,13</b>
Fornecedores Investimentos	72 900,86	114 342,50
Outros fornecedores	144 431,41	167 658,63

Dívidas por tipo de fornecedor	2018	2017
Pichelaria do Cávado	9 032,01	18 782,01
João Oliveira Carvalho	-	-
Novafrio	63 868,85	95 560,49
<b>Total Investimentos</b>	<b>72 900,86</b>	<b>114 342,50</b>
<b>Outros</b>	<b>144 431,41</b>	<b>167 658,63</b>
<b>Total Fornecedores</b>	<b>217 332,27</b>	<b>282 001,13</b>

### 11.3. – Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica "Outros Devedores e Credores" apresentava os seguintes saldos e maturidades:

Outros Devedores e Credores	2018	2017
<b>Activo Corrente</b>	<b>96 070,34</b>	<b>5 935,21</b>
Associados	6 926,50	5 853,50
CMBraga - OP2019	85 000,00	
Outros	4 143,84	81,71
<b>Passivo Corrente</b>	<b>1 045 855,72</b>	<b>422 838,81</b>
Pessoal	546 995,27	-
Dívida IEFP/POEFDS	448 094,68	373 344,04
Outros	50 765,77	49 494,77

O valor que consta na rubrica de IEFP/ POEFDS corresponde a uma dívida apurada em 2006 no âmbito da auditoria à formação profissional co-financiada por essas entidades, tendo sido actualizado com juros já vencidos e apurados pela AT, dívida que já se encontra em fase de pagamento desde março de 2019.

O valor dos salários em atraso, foi também reclassificado, tendo o montante global sido transferido da conta 2722 (utilizada para especialização do exercício através do acréscimo de gastos) para conta 231 (Pessoal).

### 11.4 – Fundos Patrimoniais

O valor do fundo social é de 1.965.548,83 Euros. Os valores incluídos na rubrica de Fundos Patrimoniais são os que se seguem:

Fundos Patrimoniais	2018	2017
Fundo Social	1 965 548,83	1 965 548,83
Resultados Transitados	- 226 225,79	- 157 513,93
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	193 847,72	112 879,11
Resultados Líquidos do Período	- 64 529,36	6 038,78
<b>Total</b>	<b>1 868 641,40</b>	<b>1 926 952,79</b>

A rubrica outras variações nos Fundos Patrimoniais inclui o valor do subsídio do PIDDAC – Edifício dos Granjinhos e do Orçamento Participativo para financiamento da cobertura de Gualtar.

A rubrica Resultados Transitados, para além da incorporação do Resultado Líquido de 2017, sofreu ainda o movimento relativo ao reconhecimento da Dívida ao IEFP para os valores actuais.

## 12 – Outras informações

### 12.1. – Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos

Tal como referido na Nota 3 acima, a instituição obedece ao princípio de especialização do exercício.

Assim, estão reconhecidas no Balanço as seguintes verbas de acréscimos:

Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos	2018	2017
<b>Activo</b>	<b>5 225,19</b>	<b>-</b>
Acrescimos de rendimentos	-	-
Outros (gastos diferidos)	5 225,19	-
<b>Passivo</b>	<b>254 643,02</b>	<b>601 613,56</b>
Remunerações a liquidar	246 882,44	601 613,56
Remunerações a liquidar em 2011 (em atraso)		103 360,06
Remunerações a liquidar em 2012 (em atraso)		219 724,70
Remunerações a liquidar em (dívida corrente)	246 882,44	278 528,80
Outros (acréscimos de gastos/Outros rendimentos diferidos)	7 760,58	-

- Na rubrica “gastos diferidos” consta a especialização dos seguros, cujo gasto corresponde aos períodos de vigência das apólices.
- Os valores das “Remunerações a Liquidar – férias e subsídios férias a vencer” referem-se ao mês de férias e subsídios de férias vencidos em 2018 a serem pagos em 2019.
- Os outros acréscimos dizem respeito a faturas recepcionadas em janeiro de 2019, cujo gasto diz respeito, total ou parcialmente ao exercício de 2018.

### 12.2. – Fornecimentos e serviços externos

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dez de 2018:

Rubricas	2018	2017
Subcontratos	1 747,50	5 060,39
Serviços especializados	82 451,98	84 761,08
Trabalhos especializados	28 384,37	15 232,21
Honorários	20 517,61	30 911,14
Conservação e reparação	30 725,70	35 695,63
Outros	2 824,30	2 922,10
Materials	8 213,12	12 839,05
Energia e fluidos	180 378,36	157 223,68
Eletricidade	83 491,66	68 120,65
Combustíveis	76 843,92	68 461,26
Água e out fluidos	20 042,78	20 641,77
Deslocações, estadas e transportes	5 068,12	9 635,31
Serviços diversos	64 145,90	68 703,87
Rendas	2 734,32	
Comunicação	9 235,44	10 146,24
Seguros	15 744,38	13 348,63
Contencioso e notariado	473,08	1 459,42
Limpeza, higiene e conforto	34 861,48	39 003,40
Outros (inclui desratização e desinfeção)	1 097,20	4 746,18
Outros FSE (inclui medicação, roupa e calçado)	-	487,50
<b>Total FSE</b>	<b>342 004,98</b>	<b>338 710,88</b>

**12.3. – Gastos com pessoal**

O saldo da conta de gastos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2018:

Rubricas	2018	2017
Remunerações do pessoal	1 680 818,40	1 644 634,68
Encargos sobre remunerações	358 584,64	349 067,99
Seguros de acidentes no trabalho	15 236,47	9 920,99
Indemnizações	28 600,15	594,77
Medicina HST	2 649,43	2 272,47
Outros	680,00	349,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2 086 569,09</b>	<b>2 006 839,90</b>

**12.4. - O número médio de empregados**

O número médio de empregados ao serviço ao longo do ano e o número nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 apresenta os seguintes valores:

	2018	2017
Nº médio de empregados do período	144	144

**12.5. O número médio de utentes**

O número de utentes em 31 de dezembro, bem como os valores dos acordos com a Tutela, apresentam os seguintes valores:

ACORDO	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2018	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2017
CAO - Gualtar	45	23 432,40	45	22 927,95
CAO - Lomar	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - Vila Verde	38	19 787,36	38	19 361,38
CAO - Esposende	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - V.N. Famalicão	60	31 243,20	60	30 570,60
Lar - Lomar	20	20 540,60	20	20 098,40
Lar - Fraião	15	15 405,45	16	16 078,72
Lar - São Lázaro	14	14 378,42	14	14 068,88
<b>TOTAL</b>	<b>252</b>	<b>156 030,63</b>	<b>253</b>	<b>153 676,53</b>

**12.6. – Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas**

Detalhe da rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas" em 31 de dezembro de 2018:

Outros Rendimentos e Ganhos	2018	2017
<b>Rendimentos Suplementares</b>	<b>9.650,16</b>	<b>5.903,48</b>
<b>Donativos</b>	<b>112.408,85</b>	<b>157.512,38</b>
Em Dinheiro	31.636,03	58.335,42
Em espécie	80.772,82	99.176,96
<b>Imputação de subsídios p/ investimento</b>	<b>4.031,39</b>	<b>4.031,39</b>
<b>Outros</b>	<b>61.627,41</b>	<b>50.750,44</b>
<b>Total</b>	<b>187.717,81</b>	<b>218.197,69</b>
Outros Gastos e Perdas	2018	2017
Gratificações de estímulos a utentes	3.000,00	14.927,68
Quebras em inventários	35.908,58	48.165,38
Quotizações	0,00	1.090,00
Outros	5.558,05	3.840,67
<b>Total</b>	<b>44.466,63</b>	<b>68.023,73</b>

Conforme se pode comprovar pelo quadro acima, tem-se verificado um decréscimo significativo dos donativos, situação que se explicará pelo momento mais conturbado vivido pela Instituição, pelo que se esperam medidas que retomem a normalidade e promovam o aumento dos donativos, tal como já ocorreram em 2019, através dos concertos solidários.

### 12.7. – Estado e outros entes públicos

Detalhe da rubrica "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2018.

Rubricas	2018	2017
Imposto sobre o valor acrescentado	483,92	205,02
<b>Total Ativo</b>	<b>483,92</b>	<b>205,02</b>

Rubricas	2018	2017
Imposto sobre o valor acrescentado		
Contribuições para a Segurança Social	74.092,95	69.240,47
Retenções na fonte	13.840,02	14.380,24
Outros	2.143,72	
<b>Total Passivo</b>	<b>90.076,69</b>	<b>83.620,71</b>

Os valores incluídos nesta rubrica referem-se a saldos correntes a liquidar em Janeiro de 2018 (no caso das Contribuições para Segurança Social e retenções na fonte).

### 13 -Garantias

Existem bens do ativo fixo tangível da APPACDM dados como hipoteca para garantir as obrigações junto da AT e IEFT e NovaFrio. Os bens dados como garantias são os seguintes:

- O imóvel de Lemenhe está hipotecado como garantia de pagamento à Novafrio
- O imóvel de Fraiao está onerado a favor da AT, por contrapartida do acordo de pagamento da dívida ao IEFP.
- 

### 13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A instituição tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

### 14 – Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 20 de junho de 2019. Entre a data das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações.

### 15 – Outras divulgações

A direção propões que o resultado liquido negativo do periodo no valor de 64.529,36 euros seja transferido para resultados transitados.

Foi nomeada em maio de 2019 a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC. Os honorários anuais acordados serão faturados mensalmente e ascendem a 6,000 euros (ao qual acresce IVA).

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente



Vice-Presidente



Secretário

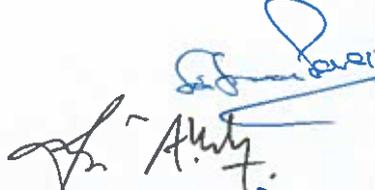


Tesoureiro

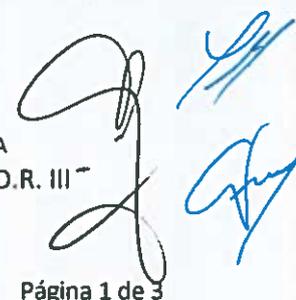
Vogal



**8. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação do Revisor Oficial de Contas**

  
A. M. Machado

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE BRAGA  
 Instituição Particular de Solidariedade Social, Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, D.R. III -  
 Série nº 206, de 06 de Setembro de 2000  
 Rua de São Lázaro n.º 38  
 4700 – 327 Braga – NIF: 504 646 702



Página 1 de 3

No dia 26 de junho de 2019, pelas 20.00h, reuniu-se, na sede da Associação, em Braga, o Conselho Fiscal da APPACDM de Braga. Presidiu aos trabalhos José Manuel Peixoto Silva.

Presenças: José Manuel Peixoto Silva, Gracinda Flora Pereira Oliveira Brandão e Carlos Joaquim Oliveira Monteiro. Também acompanharam os trabalhos, pela contabilidade, Dr. J. Miguel Barbosa; e revisor oficial de contas, Dr. Ricardo Sousa.

Os assuntos tratados, e correspondentes procedimentos e deliberações, constam do quadro seguinte:

Assunto tratado	Deliberação
<p>LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA ANTERIOR.-----                      Foi lida ata número dezassete.-----</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>
<p>RELATÓRIO E CONTAS 2018.-----                      Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.-----                      Senhores associados:-----                      Em cumprimento dos Estatutos da APPACDM de Braga, vem o Conselho Fiscal relatar a atividade que desenvolveu e apresentar-vos o seu parecer relativamente ao Relatório e Contas do exercício de 2018, apresentado pela Direção, e à forma como foram geridas as atividades da Associação.-----                      Com o ato eleitora de 25 de fevereiro de 2019, pensamos que a APPACDM tenha finalmente atingido a paz social que todos tanto desejávamos. Deixamos uma palavra de amizade não só para todos aqueles que participaram no ato eleitoral, mas também para aqueles que por algum motivo não puderam ou quiseram participar, reafirmando o nosso profundo desejo e vontade de tudo fazer para que a Associação possa ultrapassar esta fase difícil e retomar o equilíbrio das suas contas.-----                      A APPACDM deve ser gerida com o mais profundo sentido de responsabilidade dado que a sua missão a isso obriga. O papel dos órgão sociais é importante, mas são o pessoal técnico, não técnico e os associados que diariamente lidam com os nossos utentes que transformam esta instituição num exemplo para a comunidade.-----                      Sendo assim, e no sentido de dar cumprimento às suas funções estatutárias o Conselho Fiscal, reuniu com o Departamento Financeiro da associação, no sentido de analisar as principais rubricas das demonstrações financeiras, sendo da sua convicção que as referidas demonstrações financeiras de 2018 refletem de forma verdadeira a realidade económica da APPACDM. No entanto, cumpre referir os constrangimentos e condicionalismos relacionados com o Passivo a funcionários e fornecedores da associação impossível de resolver a curto prazo sem recurso a meios extraordinários que ainda não foi possível ultrapassar até ao final de 2018. O equilíbrio de exploração da APPACDM, acrescido da receita extraordinária relativa à alienação de património, levam a acreditar que, no médio prazo, os compromissos financeiros da associação possam começar a ser resolvidos à medida que os planos de pagamento estipulados com terceiros terminem e mais meios financeiros sejam libertados. Acresce ainda a necessidade da direção acautelar os planos plurianuais delineados, designadamente o alargamento do número de acordos com a</p>	

<p>segurança social e a venda de património pelo melhor valor possível.-----                  Assim,-----                  a) Foi possível garantir o envolvimento e permanente diligência dos colaboradores, por forma a propiciar as desejáveis condições de vida dos utentes;-----                  b) Assegurar o equilíbrio de exploração, com pagamento atempado a colaboradores e a fornecedores da atividade corrente das dívidas geradas no período corrente;--                  c) Reduzir o Passivo, ainda que de forma ligeira, e continuar a efetuar esforços no sentido de obter meios extraordinários que permitam à associação liquidar os passivos com os colaboradores.-----                  Julgamos que, quer no plano social quer no plano financeiro, pesem as suas condicionantes, os objetivos foram alcançados, para o que muito tem contribuído a compreensão dos colaboradores, que continuam a aguardar a solução para o pagamento dos salários em atraso.-----                  No final do exercício, analisamos o Relatório e Contas apresentado pela Direção, bem como, a Certificação Legal das Contas e explicações fornecidas sobre a sua ação fiscalizadora pelo Revisor Oficial de Contas tendo deliberado emitir o seguinte:-----                  Parecer:-----                  1- Os documentos de prestação de contas que vos são apresentados, e bem assim o relatório da Direção e os relatórios das atividades desenvolvidas pelas várias valências, refletem a atividade desenvolvida pela Direção;-----                  2- O Balanço e demais documentos financeiros apresentados, traduzem a situação financeira e económica da atividade e merecem ser por vós aprovados;-----                  3- A proposta de aplicação do resultado do exercício efetuada pela Direção merece a nossa aprovação, sendo que os resultados apurados foram negativos em 64.529,36 euro.-----                  4- Sugere-se que a Direção inicie esforços no sentido da adequada inventariação da totalidade dos bens moveis e imóveis da associação e que o trabalho inicialmente desenvolvido pelo solicitador, que efetuou estágio nesta associação, possa prosseguir no sentido de definitivamente o património possa estar devidamente inventariado, etiquetado e sumarizado nos softwares da associação.-----                  Por último, o Conselho Fiscal, quer deixar uma palavra de agradecimento e confiança muito especial ao empenho dos colaboradores e dos pais dos utentes condição essencial para assegurar os Órgãos Sociais na sua missão de condução da Instituição.</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>
--	----------------------------------

**A) CONSELHO FISCAL**

Presidente

1.º Vogal

2.º Vogal

Jose Manuel Silva

Gracinda Flora Brandão

Carlos Joaquim Monteiro



ANTÓNIO FERNANDES  
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS Lda

A

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de APPACDM DE BRAGA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL (a Associação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.245.125 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.868.641 euros, incluindo um resultado líquido negativo de (64.529 euros)) e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reserva

Tal como mencionado na aliena a) da nota 3.1 e na aliena d) da nota 5.1. do Anexo, a Associação mantém em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património. Consequentemente, não nos é possível aferir com segurança razoável a existência, plenitude e valorização dos bens do ativo e qual o efeito desta limitação nas contas de ativos fixos tangíveis, fundos patrimoniais, depreciações acumuladas e depreciações do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.



ANTONIO FERNANDES,  
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Contudo, conforme divulgado na nota 3.4. do anexo e no ponto 3 do Relatório de Gestão, a Associação tem apresentado dificuldade em solver os compromissos que transitam de anos anteriores, por dificuldades de tesouraria, designadamente créditos relacionados com salários a trabalhadores e ao IEFP, e nesta data, o passivo corrente excede o ativo corrente em cerca de 1.146 mil euros. Apesar de tomarmos conhecimento dos planos do órgão de gestão, mormente a curto prazo a venda de ativos, e a longo prazo o aumento das receitas certas e permanentes pelo alargamento do número de acordos com a Segurança Social, podem surgir acontecimentos ou condições que ponham em causa a capacidade da Associação prosseguir em continuidade.

### **Ênfase**

Conforme explicado na nota 3.6 do anexo, em resultado do reconhecimento de dívida à Segurança Social e IEFP, a Associação reexpressou a informação financeira referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017, apresentada para fins comparativos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Outras matérias**

As demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu uma Certificação Legal das Contas com reservas por limitação do âmbito, datada de 30 de maio de 2019. A nossa aceitação ocorreu em maio de 2019, para efetuarmos a revisão legal das contas do período findo em 31 de dezembro de 2018.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



ANTÓNIO FERNANDES,  
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relatório Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.



## Declaração do Órgão de Gestão

Ass. do Membro

À atenção de:

**ANTÓNIO FERNANDES, MARTA MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Registo na OROC n.º 327 | Registo na CMVM n.º 20180030  
Representada por  
**RICARDO MANUEL FERNANDES DE SOUSA**  
Registo na OROC n.º 1876 | Registo na CMVM n.º 20180020

Braga, 24 de junho de 2019

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal das Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **APPACDM DE BRAGA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL** (a Entidade), relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial (quando aplicável) respetiva.
- 1.4 Não existem:

A. M. G.  
F. J.  
R. P. S.

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
- Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;

1.5 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.

1.6 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.7 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

1.8 Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo.

1.9 Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião com reserva e com ênfase.

## INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

### 2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e

- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.
- 2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
  - 2.3 Tomámos em consideração, entre outros aspetos, as informações prestadas pelos advogados com quem a Entidade tem relações (dentro e fora do território nacional), pelo que confirmamos que é completa a lista destes advogados que vos foi fornecida, a saber: Dr. Bruno Ramos.
  - 2.4 Confirmamos-vos que todas as situações que temos conhecimento e que podem colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade prosseguir em continuidade, incluindo os planos do órgão de gestão, designadamente no tocante à venda de ativos e ao aumento do número de acordo, os quais permitiram que a entidade possa no futuro gerar receitas correntes superiores.
  - 2.5 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.
  - 2.6 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados.
  - 2.7 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.
  - 2.8 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
  - 2.9 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
  - 2.10 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requerem ser reportadas às autoridades competentes.

Amly  
7  
Bruno Ramos

2.11 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral– ata nº 32.

2.12 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.13 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

2.14 Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

2.15 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

2.16 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

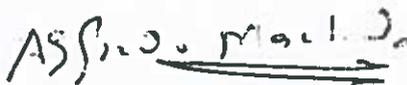
Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

A Direção,

Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Tesoureiro

Vogal

